



Processo nº: 71000.049118/2011-45  
Interessado: CASA INFANTO JUVENIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO  
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01871/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 28 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria SERES nº 499, de 16 de setembro de 2016, Item 15 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2016, que indeferiu o pedido de renovação de CEBAS.

Processo nº: 71000.144959/2010-84  
Interessado: CASA DO MENOR SANTA LÚCIA  
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01988/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 28 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria SERES nº 53, de 7 de março de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2016, que indeferiu o pedido de renovação de CEBAS.

Processo nº: 23000.012613/2010-75  
Interessado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - CISO  
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01943/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 28 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria SERES nº 332, de 22 de julho de 2016, Item 5, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2016, que indeferiu o pedido de renovação de CEBAS.

Processo nº: 00020.000827/2016-51  
Interessada: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
Assunto: Representação em desfavor do Reitor da UNIR

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro na Nota nº 02163/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, cujos fundamentos e recomendações adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino o arquivamento da presente denúncia, em conformidade com o parágrafo único do art. 144 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Processo nº: 23123.001768/2010-90  
Interessado: CENTRO EDUCACIONAL SANTA TEREZINHA  
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01922/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 28 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, dou-lhe provimento e revogo a decisão constante da Portaria SERES nº 73, de 10 de fevereiro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2014, para deferir o pedido de renovação de CEBAS ao Centro Educacional Santa Terezinha, referente ao período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Processo nº: 23123.003036/2017-19  
Interessada: Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
Assunto: Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01942/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, cujos fundamentos e recomendações adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino o arquivamento dos autos, tendo em vista a ausência de indícios da prática de ato infracional por dirigente máximo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

MENDONÇA FILHO  
Ministro

## FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

### PORTARIA Nº 8, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, inciso III, do anexo I, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de Janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Geral para Projetos Internacionais, que estabelece normas referentes a programas de cooperação acadêmica internacional fomentados pela Diretoria de Relações Internacionais da Capes, constante como anexo desta Portaria.

Art. 2º O regulamento aprovado por esta Portaria está disponível em sua íntegra no endereço: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABÍLIO A. BAETA NEVES

ANEXO

### REGULAMENTO GERAL PARA PROJETOS INTERNACIONAIS

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no exercício das competências previstas na Lei nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, institui o Regulamento que estabelece as normas gerais para a seleção e acompanhamento de projetos conjuntos de pesquisa, projetos de parcerias universitárias e outros tipos de projetos internacionais.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas referentes a projetos de pesquisa no âmbito de programas de cooperação acadêmica internacional financiados pela Capes, notadamente no que concerne às regras de seleção de propostas, de funcionamento, de prestação de contas e de outros aspectos referentes aos referidos programas, resultantes de parcerias bilaterais ou multilaterais, e deve ser interpretado em conjunto com as normas específicas do instrumento de seleção do programa a que estiver afeto.

§ 1º No Brasil, a entidade responsável pela gestão dos programas de cooperação internacional é a Capes, por meio da sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI), à qual caberá, precipuamente, o financiamento das ações pelo lado brasileiro dos projetos.

§ 2º Excepcionalmente, conforme estabelecido em comum acordo com entidade parceira ou no instrumento de seleção de programas específicos, a Capes poderá financiar ações de equipes de projeto estrangeiras.

Art. 2º Nos casos em que houver uma entidade parceira da Capes no exterior, esta será a responsável pela gestão do(s) programa(s) de cooperação internacional no que concerne ao lado estrangeiro, bem como, em geral, pelo financiamento das ações do lado estrangeiro do projeto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, conforme estabelecido em comum acordo com entidade parceira ou no instrumento de seleção de programas específicos, ou por suas regras internas, poderá a entidade parceira da Capes no exterior financiar ações de equipes de projeto brasileiras, e vice-versa.

Art. 3º Os recursos destinados a cada instrumento de seleção, em cada exercício fiscal e nos exercícios subsequentes ao do lançamento da seleção, correrão à conta da dotação consignada no orçamento da Capes, conforme legislação aplicável e de acordo com a disponibilidade do Orçamento Federal.

#### Seção I

##### Das Definições

Art. 4º São definições aplicáveis a este Regulamento:

I - Agência financiadora - a instituição que financiará o projeto de pesquisa aprovado em processo seletivo de um determinado programa.

II - Coordenador(a) de projeto no Brasil - é a condição assumida pelo(a) proponente de projeto após aprovação da sua proposta pela Capes e o cumprimento dos trâmites para concessão do financiamento, tornando-se responsável pela coordenação das atividades da equipe brasileira e pela gestão dos recursos financeiros recebidos pelo projeto.

III - Coordenador(a) de projeto no exterior - é a contraparte estrangeira do(a) coordenador(a) de projetos no Brasil, responsável pela coordenação das atividades da equipe estrangeira e demais atribuições pertinentes, conforme for determinado pela agência financiadora estrangeira.

IV - Equipe brasileira do projeto - equipe composta por docentes/pesquisadores ou discentes listados como membros do projeto por ocasião da inscrição da proposta no Brasil ou que tiveram sua inclusão deferida durante a vigência do projeto, por indicação do(a) coordenador(a) brasileiro(a).

V - Equipe estrangeira do projeto - equipe composta por docentes/pesquisadores ou discentes listados como membros da equipe por ocasião da inscrição da proposta no exterior ou que tiveram sua inclusão deferida durante a vigência do projeto, por indicação do(a) coordenador(a) estrangeiro(a).

VI - Instituição principal no Brasil - instituição de vínculo do(a) proponente do projeto, sendo por consequência a instituição proponente, podendo ser uma IES, Instituto ou Centro de pesquisa, público ou privado.

VII - Instituição associada no Brasil - IES(s), Instituto(s) ou Centro(s) de pesquisa que seja(m) inscrito(s) pelo(a) proponente como parceiro(s) do projeto no país.

VIII - Instituição principal estrangeira - é, no exterior, o equivalente à instituição proponente, quando houver no respectivo país diferenciação das instituições participantes do projeto.

IX - Instituição associada estrangeira - é, no exterior, o equivalente à instituição associada, quando houver no respectivo país diferenciação das instituições participantes do projeto.

X - Instrumento de seleção - edital ou chamada pública de seleção, formalizado em processo próprio para cada programa e publicado pela Capes, ou por instituições parceiras, tornando públicas oportunidades, requisitos de seleção e demais detalhes pertinentes, obedecendo o ordenamento jurídico.

XI - Membros discentes do Brasil - membros elegíveis a bolsas de estudos, obedecidos os requisitos estabelecidos pelo instrumento de seleção dos respectivos programas e demais regulamentos da Capes.

XII - Membros docentes/pesquisadores do Brasil - indivíduos vinculados às instituições principais ou associadas do projeto, que atendam aos requisitos legais de vínculo profissional e curriculares exigidos no respectivo instrumento de seleção, habilitados a efetuar missões de trabalho como integrantes da equipe.

XIII - Membros docentes/pesquisadores e discentes do exterior - indivíduos vinculados às instituições principais ou associadas do projeto pelo lado estrangeiro, cuja participação seguirá o determinado pelas regras de suas agências financiadoras.

XIV - Programa de cooperação internacional - qualquer programa que promova a cooperação educacional, acadêmica, científica e de inovação entre instituições de países diferentes, por meio do fomento à pesquisa conjunta e mobilidade internacionais.

XV - Projeto conjunto de pesquisa - projeto de pesquisa desenvolvido em parceria entre equipes de pesquisadores ou docentes do Brasil e do exterior com a finalidade de desenvolver atividades acadêmicas ou científicas, incluindo a mobilidade de pesquisadores, docentes e discentes.

XVI - Projeto de parceria universitária - projeto de parceria entre instituição do Brasil e do exterior com a finalidade de promover a aproximação das estruturas curriculares por meio do intercâmbio de estudantes, preferencialmente na modalidade de graduação.

XVII - Projetos em associação - são projetos cuja realização, pelo lado brasileiro ou estrangeiro, serão feitos pela associação de uma instituição principal com, pelo menos, uma instituição associada no mesmo país, com vistas à maximização dos esforços e ao melhor aproveitamento de suas infraestruturas e recursos.

XVIII - Projeto institucional - projeto desenvolvido pela instituição do Brasil que abrange ações de caráter internacional com vistas ao benefício da própria instituição e o público por ela atendido.

XIX - Proponente de projeto no Brasil - indivíduo com vínculo empregatício permanente com a instituição proponente principal do projeto e que atenda aos requisitos legais, curriculares e acadêmicos exigidos no respectivo instrumento de seleção.

XX - Proponente de projeto no exterior - indivíduo que será a contraparte do(a) proponente de projeto no Brasil, realizando os trâmites para a apresentação da inscrição de proposta de projeto junto às instituições estrangeiras competentes, conforme normas exigidas em seu país e pelo programa em questão.

XXI - Proposta de projeto - documento no qual será descrito o projeto de pesquisa e que conterá os seguintes elementos: introdução, objetivos, justificativa, cronograma de atividades, resultados esperados, previsão orçamentária e referências bibliográficas.

Parágrafo único. Outros tipos de projetos, com características e objetivos mais específicos, serão definidos nos instrumentos de seleção dos respectivos programas da Capes.

#### Seção II

##### Da Finalidade

Art. 5º São objetivos gerais dos projetos conjuntos de pesquisas, dos projetos de parcerias universitárias e outros tipos de projetos internacionais financiados pela Capes:

I - Contribuir para a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e para a inserção do Brasil em redes internacionais de pesquisas.

II - Fomentar o intercâmbio entre IES e institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e estrangeiros.

III - Atender às necessidades de formação de pessoal de alto nível.

IV - Promover o acesso da comunidade acadêmica brasileira e estrangeira aos centros de excelência acadêmicos e científicos.

V - Facilitar o acesso de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a centros de excelência em diferentes estágios de desenvolvimento científicos e tecnológicos.

VI - Estimular a colaboração científica, a produção científica conjunta e a orientação compartilhada de teses entre docentes que atuam no Brasil e no exterior

VII - Estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

Parágrafo único. Objetivos específicos dos projetos, em combinação com os objetivos gerais, poderão ser estabelecidos em conformidade com as características dos programas da Capes por meio do seu instrumento de seleção.





II - Fornecimento da documentação obrigatória para a inscrição.

III - Atendimento aos requisitos pelas instituições envolvidas.

IV - Atendimento aos requisitos pelo(a) proponente e membros da equipe.

§1º Esta etapa terá caráter eliminatório.

§2º Assim que concluída esta etapa, os(as) proponentes receberão comunicado quanto ao seu resultado juntamente com o(s) motivo(s) de eventual indeferimento.

Art. 42. Etapa de análise de mérito: consistirá na análise e julgamento de mérito das propostas, a ser realizada por consultores ad hoc indicados pela DRI, sendo apreciada cada proposta considerando:

I - Coerência do projeto, considerando a justificativa, os objetivos, indicadores e metas, metodologia e as atividades propostas.

II - Importância do projeto em nível institucional, regional e nacional.

III - Qualidade e capacidade das equipes nacional e estrangeira, quando prevista pelo programa, para desenvolver a operação proposta.

IV - Currículo e experiência acadêmica do(a) proponente e da equipe.

V - Viabilidade e qualidade de desenvolvimento de projetos mutuamente benéficos, com simetria entre as partes, ou seja, na disponibilidade de recursos ou intercâmbio de pesquisadores e discentes.

VI - Pertinência do orçamento do projeto proposto, passível de redução do montante originalmente solicitado pelo proponente conforme recomendação dos consultores ad hoc, sendo que as propostas com redução superior a 30% (trinta por cento) serão indeferidas.

VII - Resultados esperados ao fim da execução do plano de trabalho e do projeto de pesquisa.

VIII - Relevância do plano de trabalho proposto considerando o seu impacto na área de conhecimento, nas instituições brasileiras e internacionais e no programa de pós-graduação.

IX - Possibilidade de apropriação de conhecimento adquirido no exterior para aplicação no Brasil.

X - Sustentabilidade da parceria para além da duração do projeto.

§1º Esta etapa terá caráter eliminatório.

§2º O parecer da análise de mérito será registrado em formulário próprio, contendo as informações e recomendações julgadas pertinentes, tanto para propostas recomendadas quanto para não recomendadas.

§3º Assim que concluída esta etapa, os(as) proponentes receberão comunicado quanto ao seu resultado juntamente com o(s) motivo(s) de eventual indeferimento.

Art. 43. Etapa de priorização: etapa de atribuição de notas, feita por consultores seniores indicados pela DRI, que considera a comparação entre o conjunto de propostas apresentadas, bem como os pareceres emitidos pela consultoria ad hoc na etapa de análise de mérito.

§ 1º Esta etapa terá caráter classificatório e eliminatório.

§ 2º A escala de notas da priorização será definida em cada instrumento de seleção.

§3º Poderá ser definida, no instrumento de seleção dos programas, uma nota de corte mínima para eliminação de propostas na etapa de priorização.

§4º Poderá ser reavaliada nesta etapa a pertinência do orçamento do projeto proposto, passível de redução do montante originalmente solicitado pelo proponente conforme recomendação dos consultores ad hoc, sendo que as propostas com redução superior a 30% (trinta por cento) serão indeferidas.

Art. 44. Etapa de ranqueamento: etapa de classificação, feita por consultores seniores indicados pela DRI, considerando as notas atribuídas na etapa de priorização e outros critérios estabelecidos no instrumento de seleção.

§1º Esta etapa terá caráter classificatório e eliminatório.

§2º Assim que concluída esta etapa, os(as) proponentes receberão comunicado quanto ao seu resultado juntamente com o motivo de eventual indeferimento, quando for o caso.

Art. 45. Etapa de decisão final: poderá ser feita de forma unilateral ou conjunta, conforme as características de cada programa, ponderando-se o resultado do ranqueamento e o interesse da(s) agência(s) financiadora(s), considerando-se os seguintes termos:

I - Potencial do projeto na formação de recursos humanos.

II - Simetria no número de docentes, pesquisadores, discentes e demais membros dos países envolvidos no intercâmbio científico.

III - Recursos financeiros disponíveis na(s) agência(s) financiadora(s).

IV - Distribuição proporcional por regiões geográficas e por áreas de conhecimento dos projetos, bem como busca equidade de gêneros entre proponentes, sempre que possível.

IV - Outros critérios decisórios conforme os objetivos específicos da(s) agência(s) financiadora(s) ou do programa, definidos por meio do instrumento de seleção.

§ 1º A decisão final será unilateral quando se tratar de programa no qual somente a Capes avalia a proposta apresentada pelo(a) proponente, cabendo ao(a) proponente demonstrar que seu parceiro estrangeiro, quando previsto pelo programa, detém os recursos necessários para execução do projeto na data prevista para sua implementação.

§ 2º A decisão final será conjunta quando a Capes e outra(s) agência(s) financiadora(s) deliberam e decidem de forma consensual quais os projetos serão financiados.

#### Seção IV

##### Do Resultado da Seleção

Art. 46. A decisão final da seleção será divulgada por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU), bem como pela página do respectivo programa no Portal da Capes.

#### Seção V

##### Do Pedido de Reconsideração

Art. 47. Todos os(as) proponentes de um processo de seleção poderão tomar conhecimento do parecer sobre sua proposta em qualquer das etapas de seleção mediante solicitação pelo e-mail institucional do programa ou pelo sistema, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a comunicação ou divulgação do resultado de cada etapa da seleção.

Art. 48. Os(As) proponentes que tiverem suas propostas indeferidas poderão interpor pedido de reconsideração acerca dos resultados da etapa de análise técnica, de análise de mérito, de priorização e de decisão final.

§1º O pedido de reconsideração de indeferimento deverá ser interposto conforme o prazo previsto no instrumento de seleção, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data de envio do parecer de indeferimento. O instrumento de seleção poderá definir prazo inferior a 10 (dez) dias.

§2º O pedido de reconsideração deve estar devidamente assinado e digitalizado pelo proponente e ser enviado à Capes por meio eletrônico.

Art. 49. O pedido de reconsideração deve estritamente contrapor o motivo do indeferimento, não incluindo fatos ou documentos novos, que não tenham sido objeto da proposta inicial.

Parágrafo único. A reconsideração será analisada pela autoridade que proferiu a decisão objeto do pedido.

#### Seção VI

##### Do Recurso Administrativo

Art. 50. O recurso administrativo referente ao indeferimento do pedido de reconsideração deverá ser interposto conforme prazo previsto no instrumento de seleção, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da sua comunicação ou divulgação do resultado. O instrumento de seleção poderá definir prazo inferior a 10 (dez) dias.

§1º O recurso deve estar devidamente assinado pelo proponente e ser enviado à Capes por meio do seu processo eletrônico.

§2º O recurso deverá ser dirigido à Coordenação responsável pelo envio do indeferimento, que o encaminhará à autoridade superior, oportunidade em que o pleito será analisado de forma terminativa pela respectiva Diretoria da Capes.

§3º O recurso deve estritamente contrapor o motivo do indeferimento, não incluindo fatos ou documentos novos, que não tenham sido objeto da proposta inicial.

Art. 51. A critério da autoridade competente para análise do recurso, poderá ser solicitado o envio de documentação complementar.

#### Seção VII

##### Da Concessão e Implementação dos Projetos e Bolsas

Art. 52. Os documentos de concessão do projeto serão enviados ao(a) proponente para o endereço de correio eletrônico informado no formulário de inscrição do projeto ou por meio dos sistemas eletrônicos da Capes.

Art. 53. A concessão dos projetos aprovados ocorrerá após o envio da documentação pertinente pelo(a) proponente e realização dos trâmites documentais e bancários nos sistemas eletrônicos da Capes necessários à formalização da concessão.

Art. 54. A concessão das bolsas de estudo ocorrerá após o envio pelo(a) coordenador(a) do projeto, por meio dos sistemas da Capes, das informações e documentos dos candidatos indicados para análise de cumprimento de requisitos e homologação da bolsa pela Capes.

Art. 55. Os documentos de concessão das bolsas de estudo homologadas serão encaminhados para o endereço de correio eletrônico dos beneficiários ou por meio dos sistemas da Capes, conforme orientações de cada instrumento de seleção.

Parágrafo único. Candidatos não homologados pela Capes por descumprimento de qualquer requisito à bolsa poderão solicitar ao(a) coordenador(a) do projeto que interponha o recurso junto à Capes, uma vez que este é o responsável original pela verificação do atendimento de todos os requisitos e condições da modalidade de bolsa pretendida pelo candidato.

Art. 56. São restrições à implementação do projeto:

I - ser coordenador(a) ou membro de outro projeto ainda vigente no âmbito do mesmo programa da DRI.

II - Ter pendências quanto ao cumprimento das obrigações para encerramento de projeto (relatório final aprovado e apresentação de prestação de contas final) em qualquer programa de fomento da Capes.

III - Estar inadimplente com o Governo Federal.

IV - Não ter cumprido o interstício entre o encerramento da vigência de um projeto e a apresentação de nova proposta, no caso de proponente que já tenha sido coordenador(a) de projeto no âmbito do mesmo programa da DRI.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida, pelo instrumento de seleção de cada programa, a exigência de um período específico de interstício, ou mesmo a não exigência de interstício, conforme as peculiaridades do referido Programa.

#### CAPÍTULO V

#### DO ACOMPANHAMENTO, RENOVAÇÃO E FINALIZAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 57. O acompanhamento dos projetos será feito de forma contínua pela equipe técnica da Capes com apoio de consultoria ad hoc, por meio da análise periódica das principais ações em andamento.

Parágrafo único. A fim de subsidiar o acompanhamento, a Capes poderá requerer informações adicionais sobre o andamento dos projetos, que devem ser prestadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a solicitação.

Art. 58. Serão realizadas avaliações para renovação e finalização do projeto por meio da análise de relatórios a serem submetidos à Capes, conforme previsto no instrumento de seleção.

Parágrafo único. A periodicidade da liberação de recursos será estabelecida no instrumento de seleção do programa e estará sujeita à disponibilidade de recursos da(s) agência(s) financiadora(s).

Art. 59. Os(As) coordenadores(as) deverão enviar relatório parcial de atividades do projeto contendo justificativa e planejamento para a segunda etapa do projeto, por meio do sistema informatizado da Capes, com data limite a ser estabelecida na documentação de concessão.

Art. 60. A decisão sobre a renovação será realizada considerando o mérito, a evolução dos projetos durante a primeira fase de execução, o interesse da(s) agência(s) financiadora(s), quando aplicável, e a disponibilidade orçamentária.

Art. 61. Os(As) coordenadores(as) deverão enviar relatório final de atividades até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do projeto, via sistema informatizado da Capes, que será avaliado por consultores ad hoc designados pela Capes.

Parágrafo único. Na avaliação final serão considerados o desenvolvimento e o impacto acadêmico do projeto, bem como as atividades realizadas.

#### Seção I

##### Da Mudança no Projeto de Pesquisa

Art. 62. Durante a execução do projeto, toda e qualquer alteração relativa ao seu plano de atividades deverá ser solicitada via sistema informatizado da Capes pelo(a) coordenador(a) do Brasil, acompanhado da devida justificativa e deverá ser autorizada pela Capes antes de sua efetivação.

Art. 63. Em casos de pedidos de substituição de coordenador(a) do projeto, o novo coordenador deverá ter qualificação profissional e acadêmica equivalente à do coordenador aprovado inicialmente, devendo o(a) coordenador(a) original encaminhar a seguinte documentação digitalizada por meio do sistema informatizado da Capes:

I - Justificativa para substituição do(a) coordenador(a).

II - Nome completo e CPF do substituto indicado.

III - Currículo Lattes e identificador ORCID do(a) novo(a) coordenador(a).

IV - Carta de anuência da autoridade superior competente na instituição de vínculo do indicado a substituir o(a) coordenador(a) do projeto, concordando com a substituição e reiterando o apoio institucional à continuidade do projeto.

V - Carta de aceite do(a) coordenador(a) indicado a substituir o(a) coordenador(a) original do projeto.

VI - Carta de anuência, se aplicável, do(a) coordenador(a) do projeto no exterior.

§ 1º A solicitação de troca de coordenador(a) poderá ser submetida à análise de mérito por parte de consultor ad hoc.

§2º. O(A) novo(a) coordenador(a), uma vez aprovado pela Capes, deverá assinar termo de compromisso de coordenador do projeto (Anexo I), passando a responder pelo projeto a partir de então.

Art. 64. A inclusão de membros à equipe do projeto deverá ser feita mediante apresentação e aprovação pela Capes da mesma documentação e requisitos exigidos para inscrição dos membros da equipe original pelo instrumento de seleção.

#### Seção II

##### Da Devolução de Recursos Financeiros

Art. 65. O(A) coordenador(a) do projeto deverá restituir o investimento efetuado pela Capes, em conformidade com a Portaria Capes nº 59, de 14 de maio de 2013 da Capes e demais legislações vigentes, se identificado:



I - Pagamento indevido por parte da Capes.  
II - Revogação ou rescisão da concessão em face de infração às obrigações assumidas.  
III - Inexistência das informações fornecidas.  
IV - Desembolso dos recursos em ações ou despesas vedadas pelas normas do programa e da Capes.  
Parágrafo único. No caso de repasse de recursos indevidos, poderá haver desconto do valor do benefício nas parcelas subseqüentes.

Art. 66. A não devolução dos recursos poderá acarretar a suspensão do projeto e a adoção das providências de cobrança administrativa ou judicial de todos os recursos investidos até o momento, além de eventual instauração de tomada de contas especial pelo órgão competente.

Parágrafo único. Caso não haja saldo disponível no cartão, a devolução deverá ser realizada por meio de preenchimento de Guia de Recolhimento da União (GRU).

### Seção III

#### Da Conclusão Antecipada do Projeto

Art. 67. A conclusão antecipada do projeto poderá ser autorizada pela Capes desde que apresentados os seguintes documentos pelo(a) coordenador(a) brasileiro(a):

I - Justificativa fundamentada.  
II - Plano de trabalho ajustado ao novo período.  
III - Ofício de anuência assinado pela Pró-Reitoria da instituição de origem.  
IV - Ofício de anuência das instituições parceiras no Brasil e no exterior, quando aplicável.  
V - Carta de anuência do(a) coordenador(a) estrangeiro(a), quando o caso.  
VI - Relatório final com demonstração de cumprimento do objeto.

Art. 68. Após a anuência da Capes, o(a) coordenador(a) deverá realizar todos os trâmites referentes à finalização do projeto, inclusive encerramento de bolsas vigentes antes do efetivo encerramento do projeto e realização da prestação de contas final do projeto.

Art. 69. Caso a conclusão antecipada ocorra antes de qualquer repasse de recursos pela Capes, o(a) coordenador(a) do projeto fica dispensado de todos os trâmites acima e referentes à prestação de contas.

### CAPÍTULO VI

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 70. As prestações de contas dos recursos são anuais e deverão ser encaminhadas à Capes por meio do Sistema de Prestação de Contas em até 60 (sessenta) dias após o fim do ano de vigência do auxílio.

Art. 71. É obrigatório observar as diretrizes do "Manual de Concessão de Prestação de Contas de Auxílio Financeiro à Pesquisador", Portaria Capes nº 59/2013 ou atos normativos subsequentes que disciplinem a matéria.

Art. 72. Projetos que, na avaliação do relatório parcial de atividades, receberem pareceres demonstrando rendimento insatisfatório ou mau uso dos recursos demonstrados pela prestação de contas parcial poderão ter a concessão revogada, devendo ser aberto processo administrativo com fins de apuração de eventuais responsabilidades e aplicação das sanções previstas no ordenamento jurídico vigente, resguardada, ainda, a possível devolução de recursos financeiros ao erário.

Art. 73. A finalização da prestação de contas ocorrerá somente ao final da vigência total do projeto, com anexação da documentação completa no referido sistema.

Art. 74. É de responsabilidade do(a) coordenador(a) do projeto verificar o período de vigência do auxílio financeiro, publicado em extrato no Diário Oficial da União (DOU).

Parágrafo único. A Capes não efetuará ressarcimento de despesas realizadas fora da vigência do projeto.

Art. 75. Em caso de não prestação de contas pelo(a) coordenador(a) na data correta, sua situação constará como inadimplente e seu projeto será encaminhado para a instauração de processo administrativo com fins de apuração, com vistas inclusive a de tomada de contas especial e possível devolução de recursos financeiros ao erário.

### CAPÍTULO VII

#### DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 76. A Capes não participará, em regra, da titularidade da propriedade intelectual gerada a partir dos projetos de pesquisa e bolsas financiados no âmbito de seus programas de fomento.

Art. 77. Caberá às instituições e aos pesquisadores responsáveis pelas pesquisas definir a titularidade ou a cotitularidade sobre criações intelectuais decorrentes de projetos de pesquisa ou de bolsas de estudos financiados pela Capes, observada a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 78. As instituições, os pesquisadores e os bolsistas financiados no âmbito dos programas da Capes deverão observar as seguintes regras:

a) assumir os custos relativos ao registro, depósito e manutenção de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior;  
b) assegurar o compartilhamento dos ganhos econômicos advindos da exploração comercial da propriedade intelectual com pesquisadores criadores, de acordo com as normas da respectiva instituição de vínculo e em consonância com a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005;  
c) evitar o estabelecimento de qualquer forma de proteção intelectual cujas reivindicações venham provocar uma restrição que prejudique ou impeça o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações baseadas no conhecimento compartilhado pelo depósito de pedido de patentes, registro ou certificação;

d) comunicar à Capes e tornar público, por meio da Plataforma Lattes, pedido de depósito ou registro de proteção intelectual;

e) comunicar à Capes e tornar público, por meio da Plataforma Lattes, licenciamento ou comercialização de proteção intelectual, respeitadas eventuais cláusulas contratuais que restrinjam a divulgação pública;

f) fazer referência ao apoio da Capes em todas as formas de divulgação da propriedade intelectual, como teses, dissertações, artigos, livros, ou outra forma de divulgação científica, na língua de trabalho, da seguinte forma: "O presente [tipo da propriedade intelectual] foi realizado com apoio da Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil, no âmbito do programa [nome do programa específico de seleção]";

g) buscar opções de utilização e transferência de tecnologia que venham a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 79. Durante a execução do projeto, toda e qualquer comunicação com a Capes deverá ser feita prioritariamente por meio do sistema informatizado indicado na documentação do respectivo Programa.

Art. 80. A Capes poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessários.

Art. 81. Caso o resultado do projeto ou estudo, inclusive seu relatório, tenha valor comercial ou possa levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, ocorrerão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 ou atos normativos subsequentes que disciplinem a matéria.

Art. 82. Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Regulamento ou sobre o instrumento de seleção de programas específicos poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico de cada programa ou por meio do sistema informatizado da Capes.

Art. 83. Os instrumentos de seleção dos programas da DRI da Capes serão amparados por este Regulamento, pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições das seguintes legislações: Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005; Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017; Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 e Portarias Capes nº 248, de 19 de dezembro de 2011, nº 59, de 14 de maio de 2013; nº 132, de 18 de agosto de 2016; nº 186, de 29 de setembro de 2017; números 201 e 202, de 16 de outubro de 2017, pelo Regulamento para Bolsas Internacionais no País, bem como suas respectivas alterações ou demais instrumentos normativos relacionados à matéria.

Art. 84. As normas gerais aqui previstas deverão ser interpretadas em conjunto com as normas específicas dos respectivos programas da DRI.

Art. 85. Os casos omissos serão resolvidos pela DRI da Capes.

#### ABILIO A. BAETA NEVES

Presidente da Capes

#### ANEXO I

### TERMO DE COMPROMISSO DE COORDENADOR(A) DE PROJETO

Nº Processo:

Nº do instrumento de seleção:

Nome do Programa-Capes:

E-mail do Programa:

1. Pelo presente Termo de Compromisso, {NOME CANDIDATO}, {NACIONALIDADE}, residente e domiciliado(a) {LOGRADOURO CANDIDATO} na cidade de {CIDADE CANDIDATO}, Estado {UF CANDIDATO}, CEP {CEP CANDIDATO}, portador(a) do CPF nº {CPF CANDIDATO}, detentor(a) do correio eletrônico {EMAIL CANDIDATO}, doravante denominado COORDENADOR(A), declara aceitar a coordenação de projeto de pesquisa concedida pela Capes, subordinando-se às normas aplicáveis à concessão e, assumindo, em caráter irrevogável e irretratável, os compromissos e obrigações apresentados no Regulamento Geral de Projetos Internacionais da Capes, no instrumento de seleção do respectivo programa e os enumerados a seguir:

Estar quite com as obrigações militares, em caso de beneficiário do sexo masculino, bem como estar quite com as obrigações eleitorais.

Não possuir restrições junto à Dívida Ativa da União ou CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

Fornecer endereço eletrônico e autorizar que o mesmo seja considerado domicílio eletrônico para fins de recebimento de comunicações da Capes para qualquer finalidade, inclusive intimação e notificação administrativas.

Autorizar o fornecimento do endereço eletrônico registrado no cadastro mantido junto a Capes a pesquisadores, quando requeridos para fins de realização de pesquisa acadêmica ou científica, ciente de que a participação nas pesquisas é facultativa e que a responsabilidade pela utilização das informações fornecidas é exclusiva do pesquisador solicitante.

Ter ciência de que os recursos serão liberados pela Capes em função de sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Ter ciência de que os recursos fornecidos pela Capes se destinam específica e exclusivamente para execução do Projeto aprovado.

Utilizar os recursos de acordo com o estabelecido nos Planos de Trabalho aprovados pela Capes e dentro do prazo de vigência do Projeto.

Ter ciência de que o remanejamento de despesas de manutenção de Projeto, se houver, deverá ser prévia e formalmente aprovado pela Capes.

Ao publicar ou divulgar, sob qualquer forma, descoberta, invenção, inovação tecnológica, patente ou outra produção passível de privilégio decorrente da proteção de direitos de propriedade intelectual, obtida durante a pesquisa realizada com recursos do governo brasileiro, comunicar à Capes, e prestar informações sobre as vantagens auferidas e os registros assecuratórios dos aludidos direitos em seu nome.

Ao divulgar, em qualquer meio, ações realizadas ou resultados obtidos sob os auspícios do projeto de pesquisa no âmbito do Programa (NOME DO PROGRAMA), fazer referência ao financiamento concedido pela Capes, mencionando no idioma utilizado para divulgação: "O(a) presente {tipo da ação, trabalho ou resultado divulgado} foi realizado com financiamento de projeto de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes), no âmbito do Programa (NOME DO PROGRAMA), processo nº {nº do processo}."

Ter ciência de que, com relação à concessão de bolsas, o coordenador deverá:

a) indicar bolsista com nível correspondente ao da bolsa concedida, pelo tempo regulamentado por instrumento normativo específico e por meio de formulário próprio, com desempenho acadêmico de excelência e que obedeça a todos os pré-requisitos indicados nos instrumentos normativos da Capes;

b) ser responsável pelo acompanhamento do bolsista no Brasil e no exterior;

c) comunicar à Capes a substituição do bolsista nos casos em que isso seja previsto e permitido;

d) manter em arquivo cópia digital do termo de compromisso e aceitação de bolsa de estudos assinado no Brasil ou no exterior por cada bolsista que indicar à Capes, no qual o bolsista declara conhecer as regras da bolsa que receberá e compromete-se a acatá-las integralmente, devendo, ainda, encaminhar tal cópia à Capes, sempre que assim lhe for solicitado.

Encaminhar os relatórios parciais e finais para acompanhamento do Projeto conforme regras da Capes.

Realizar todos os procedimentos de prestação de contas anuais e prestação de contas final do Projeto conforme regras da Capes.

Estar ciente de que estará sujeito às normas da Capes e às condições contidas na legislação correlata que rege a execução de auxílios e instrumentos congêneres, no que couber.

Para a realização de missão de trabalho no exterior no âmbito do Projeto, obter afastamento do país que deverá conter publicação no Diário Oficial da União (DOU), do estado ou do município quando se tratar de servidor público. Nos demais casos, autorização do dirigente máximo da instituição, constando na redação o ônus para a Capes. Fica vedada a realização de missões de trabalho durante o período de férias ou licenças, ressalvadas de caráter de aperfeiçoamento.

Ter ciência de que não poderá indicar a si próprio como beneficiário de bolsa de estudo em qualquer modalidade no âmbito do projeto sob sua coordenação, mesmo que deixe a coordenação do projeto, nem cônjuge, dependente ou parente até 3º grau, conforme disposto no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010 e na Súmula Vinculante nº 13/STF.

Ter ciência de que não poderá figurar simultaneamente como coordenador de mais de um projeto no âmbito do mesmo programa.

Ter ciência de que o presente TERMO DE COMPROMISSO DE COORDENADOR DE PROJETO é assinado em observância principalmente aos artigos 297, 299, 302, 304 e 331 do Código Penal Brasileiro, que versam sobre a falsificação de documento público e falsidade ideológica, apresentação de documento falso, atestado médico falso e desacato a funcionário público, respectivamente.

De acordo,

(Cidade-UF) (Data)

{NOME CANDIDATO}

Assinatura

### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DESPACHO DE 16 DE JANEIRO DE 2018

PROCESSO/HU Nº 23005.001916/2015-27. Interessada: Empresa Maxlab Produtos para Diagnóstico e Pesquisa Ltda. EPP

1. Adoto, na forma do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, o PARECER nº 00017/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, e, de consequência DECIDO conhecer o pedido de revisão para, no mérito, rejeitá-lo. 2. Publique-se. Comunique-se a empresa. Após, encaminhe-se os autos ao HU para arquivamento. 3. Às providências.

LIANE MARIA CALARGE  
Reitora